



FOTO CICERO RODRIGUES

*As doenças negligenciadas persistem há tanto tempo que já são reconhecidas quase como uma especialidade da medicina – o que é um enorme equívoco*

Como se sabe, pesquisadores de qualquer área científica publicam suas ideias e seus resultados em periódicos especializados. Assim, a qualidade e a quantidade das publicações são parâmetros que permitem ranquear os cientistas entre seus pares. Essa medida reflete a estatura intelectual de cada um e, portanto, é levada muito a sério por todos os que se engajam nessa prática.

Se um trabalho é aceito para publicação, o autor atinge píncaros de autorrealização. Uma rejeição, ao contrário, o arrasta para o fundo do poço existencial. Em geral, para decidir publicar ou não um trabalho, os editores desses periódicos recorrem à opinião de outros cientistas sobre a contribuição. Naturalmente, esse julgamento pelos pares é passível de erros e vieses variados. Por isso mesmo, é hoje foco de intenso debate.

Esse é o lado ruim. O lado bom é que esse assunto adquiriu tal importância que, além da realização regular de congressos dedicados a ele, não se esgotam as publicações nas quais argumentos favoráveis e contrários são discutidos. A seção de correspondência da revista científica *Nature* é um desses foros. Assim, quem tem um trabalho rejeitado pode reclamar e obter outra publicação em um periódico de prestígio, ou apresentar sua queixa em algum congresso internacional.

Algo semelhante acontece em outras esferas. Recentemente, por exemplo, o parasitólogo belga Dirk Engels foi escolhido o novo diretor do Departamento de Controle de Doenças Tropicais Negligenciadas (NTD, na sigla em inglês) da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ele sucede Lorenzo Savioli, há 23 anos no cargo, ocupado antes por outros diretores. Na verdade, as doenças negligenciadas persistem há tanto tempo que já são reconhecidas quase como uma especialidade da medicina – o que é um enorme equívoco.

Por que negligenciadas? Basicamente, porque não atraem interesse. Em artigo na

*Nature* (v. 505, p. 142, 2014), a jornalista Erika Check Hayden confirma isso e comenta que o desenvolvimento de novos fármacos não é muito democrático. O investimento desproporcional fica patente quando se constata que os males dos ricos, como câncer e doenças cardíacas, concentram os maiores orçamentos de pesquisa e desenvolvimento. É notório que a indústria farmacêutica também prefere investir nas doenças crônicas que afligem a população mais bem-sucedida economicamente.

No caso das doenças tropicais negligenciadas, a solução para a falta de verbas é apelar para os governos de países afligidos por elas, como o Brasil. Há muito tempo, a OMS recomenda que todos os países, inclusive os do Primeiro Mundo, reservem 0,01% do produto interno bruto anual para as doenças tropicais, mas apenas os Estados Unidos cumprem esse acordo. No Brasil e em outras economias emergentes, as prioridades estão alhures. Segundo Hayden, se Brasil, China e Índia (que integram, com a Rússia, o chamado grupo Brics) honrassem esse compromisso, o investimento voltado às doenças tropicais duplicaria, chegando a US\$ 6 bilhões por ano.

No entanto, assim como na questão do julgamento pelos pares, nem tudo está perdido. Enquanto persistir a negligência com as doenças tropicais, haverá justificativas para a existência de instituições como o próprio NTD, o Médicos Sem Fronteiras e tantas outras espalhadas pelo planeta (quase sempre com sede no Primeiro Mundo). E mais bonificações essas doenças podem gerar – por exemplo, publicações! Uma das revistas de maior impacto da série *PLoS* (do inglês *Public Library of Science*) é justamente a *PLoS Neglected Tropical Diseases* (Doenças Tropicais Negligenciadas). Pelo andar da carruagem, as doenças negligenciadas permanecerão como tal ainda por um bom tempo. **CR**

**FRANKLIN RUMJANEK**

Instituto de Bioquímica Médica, Universidade Federal do Rio de Janeiro  
franklin@bioqmed.ufrj.br